



RELATÓRIO INFRAESTRUTURA



Confederação Nacional da Indústria

CNI. A FORÇA DO BRASIL INDÚSTRIA

DESTAQUES DO MÊS

Saneamento pede fim da demagogia

Estão em pauta as mudanças pretendidas pelo Governo Federal no marco regulatório do saneamento básico, cujo objetivo é aumentar investimentos em busca da universalização dos serviços, promover maior eficiência na sua prestação, assim como reforçar a segurança jurídica e a estabilidade regulatória. Em síntese, o texto proposto pelo Governo prevê a dispensa de licenciamento ambiental para a construção de novas estações de tratamento de água e esgotamento sanitário, um novo papel para a Agência Nacional de Águas (ANA), que passaria a uniformizar a regulação do setor de saneamento básico e o fim da dispensa de licitação para a contratação das companhias estaduais. Tais medidas têm como objetivo aumentar a “financiabilidade” dos projetos, bem como proporcionar igualdade para os setores público e privado competirem pela prestação mais eficiente dos serviços e pela menor tarifa a ser cobrada dos usuários. No Brasil, o déficit é gigantesco: dedicamos apenas 0,2% do PIB ao saneamento, quando seria necessário investir 0,45%. De acordo com o Plano Nacional de Saneamento Básico (PLANSAB), o setor terá que investir uma média anual, a valores presentes, de R\$ 15,2 bilhões em abastecimento de água e esgotamento sanitário nos próximos 20 anos. *(Baseado em Valor Econômico – 03.05.2018).*

PAINEL

ANEEL abre Audiência Pública visando obter subsídios para a elaboração de ato regulamentar para a aprovação das Regras de Comercialização versão 2019

ANEEL abre Audiência Pública para colher subsídios às propostas das Regras de Comercialização de Energia Elétrica – REGRAS apresentadas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, com validade a partir da contabilização das operações de compra e venda de energia referentes ao mês de janeiro de 2019. Os interessados podem enviar contribuições até o dia 17 de junho de 2018.

Saiba mais: www.aneel.gov.br



Impasse do TCU joga portos no limbo jurídico

O impasse em torno da legalidade do Decreto dos Portos relegou a um limbo jurídico contratos que poderiam se valer da norma para estender o prazo. Ao menos quatro terminais que poderiam ser adaptados ao decreto e, na sequência, solicitar mais tempo para seguir explorando as áreas em portos públicos, venceram desde que a norma foi publicada, em maio de 2017, e por conta disso, operam hoje sob liminar. O decreto permite que os arrendamentos vigentes pleiteiem o enquadramento à norma, ainda que estejam na iminência de vencer, e solicitem “a regra de ouro” da regulamentação: a extensão do prazo sucessivas vezes até o limite de 70 anos. E desde que descontado o tempo já usufruído de exploração da área. Contudo, a adaptação ao decreto só abre a expectativa de as empresas apresentarem um plano de investimento para extensão de prazo, não significa que conseguirão obter mais tempo de forma automática. O Governo avaliará, caso a caso, o plano de investimentos da empresa diante do planejamento existente. Publicado em 10 de maio de 2017, o decreto nº 9.048 fixou 180 dias para que as empresas manifestassem interesse em adaptar os contratos, janela que terminou em novembro e abriu caminho para as assinaturas das adequações. Mas, em dezembro, questionamentos do Tribunal de Contas da União (TCU) levaram o Governo a suspender as adaptações até que a Corte de Contas se manifestasse sobre a legalidade e constitucionalidade da norma. A área técnica do TCU questiona inovações introduzidas pelo decreto que seriam ilegais. Entre elas, estão justamente a possibilidade de prorrogação do arrendamento até 70 anos; a realização de investimentos fora da área do terminal; e a substituição da área arrendada por outra dentro do porto público. Havia uma perspectiva de que a manifestação do TCU ocorresse ainda no primeiro bimestre, mas, passados cinco meses, ainda não há uma definição. Enquanto isso o Governo fica sem saber se prioriza a licitação das áreas ou se aguarda a proposta de utilização do decreto que virá do TCU. *(Baseado em Valor Econômico – 03.05.2018).*



Governo vai regulamentar relicitação de concessões

O Governo Federal anunciou que vai publicar o decreto que trata da regulamentação do processo de relicitação de concessões de infraestrutura, como de rodovias e aeroportos. Os principais pontos do decreto foram definidos, durante reunião com representantes dos Ministérios da Casa Civil, do Planejamento, dos Transportes, da Secretaria-Geral da Presidência e do BNDES. De acordo com o Presidente do BNDES, Dyogo Oliveira, o programa de relicitação é destinado às empresas que não reúnem condições de cumprir com todos os investimentos acordados. A condição para que essas empresas possam pedir a relicitação é que elas tenham como manter a prestação dos serviços essenciais até que o controle seja repassado para outra companhia. Depois do aval do Governo, um novo decreto liberando as novas condições do contrato deve ser publicado. O titular da pasta de Transportes destacou que as multas aplicadas antes da adesão ao programa não serão perdoadas. *(Baseado em Valor Econômico – 10.05.2018).*

Nova MP atende demandas das áreas de gás e nuclear

A Medida Provisória 814/17 chegará aos plenários da Câmara e do Senado carregada de temas alheios ao texto original enviado pelo Governo para destravar a venda das distribuidoras da Eletrobras e incluir a estatal no Programa Nacional de Desestatização (PND). A nova redação, aprovada recentemente em comissão mista de deputados e senadores, contempla demandas dos segmentos de gasodutos, nuclear, suprimento de gás, geração de eletricidade, entre outros. A Petrobras poderá fazer o reajuste no preço do gás das térmicas do Programa Prioritário de Termelétricas (PPT) se aceitar retomar imediatamente o fornecimento (a partir de 1º de junho), desistir das ações judiciais e manter o preço do gás do contrato original por mais quatro meses. O reajuste no preço da molécula de gás estava previsto no relatório apresentado há duas semanas. O Deputado José Carlos Aleluia (DEM-BA) afirmou que a elétrica italiana Enel deixou de receber gás para a usina TermoFortaleza. Alinhado ao texto do relator, Aleluia afirmou que a suspensão do fornecimento de gás já causou prejuízo de R\$ 140 milhões para os consumidores, quando o sistema recorre à térmicas mais caras abastecidas com óleo diesel. Ele afirmou que a retomada do suprimento de gás às usinas do PPT resultará em economia de R\$ 400 milhões com o fornecimento do gás mais barato pelos quatro meses indicados. O relatório preservou parte do texto original que compatibiliza os prazos de contratos de termelétricas no Norte ao de gasodutos da Petrobras. Isso permite que subsidiárias da Eletrobras na região continuem recebendo recursos da Conta de Consumo de Combustíveis (CCC), bancada por consumidores de todo o País. O texto atual trata ainda do uso de 20% dos recursos do Fundo Social para financiar a construção de novos gasodutos (Dutogas), extensão do prazo de concessão de usinas com prejuízos relacionados ao risco hidrológico e novo critério para o benefício do programa Tarifa Social à famílias de baixa renda. *(Baseado em Valor Econômico – 10.05.2018).*

ONS vê reservatórios com 30% no fim de novembro

O Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) pretende levar uma mensagem tranquilizadora às principais autoridades do setor: os reservatórios devem chegar ao fim do período seco em nível mais confortável do que nos últimos anos e haverá menos necessidade de acionamento das usinas térmicas nos meses de estiagem. A temporada de chuvas terminou oficialmente no dia 30 de abril. No passado recente, era quando os responsáveis pela operação do sistema interligado começavam a fazer contas (e figas) para evitar o esvaziamento das represas. Desta vez, no entanto, a promessa é que vai ser diferente. De acordo com Luiz Eduardo Barata, Diretor-Geral do ONS, as simulações apontam que os reservatórios vão chegar ao fim de novembro com 30% da capacidade máxima no subsistema Sudeste/

Centro-Oeste e com 21% no Nordeste. Essas estimativas já consideram um cenário pessimista: chuvas 10% abaixo da média histórica no Sudeste/Centro-Oeste e o pior registro de pluviometria da série, que foi iniciada em 1930, na região Nordeste. O cenário vai ser apresentado em reunião na quarta-feira, em Brasília, do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE). A situação era mais preocupante no ano passado. Em 30 de novembro, os reservatórios marcavam 18,7% no Sudeste/Centro-Oeste e apenas 5,5% no Nordeste. Uma das razões para que esse baixo índice de armazenamento não tenha causado restrições foi o reduzido consumo de energia, devido à crise econômica, e ao aumento da geração de fontes renováveis - principalmente eólica. *(Baseado em Valor Econômico - 07.05.2018).*

“Renovação das concessões ferroviárias sai neste ano”, diz Ministro

A grande incógnita do setor ferroviário brasileiro neste ano é a renovação antecipada das concessões, que está sendo negociada com o Governo e deve sair ainda em 2018, informou o Ministro dos Transportes, Portos e Aviação Civil, Valter Casimiro Silveira. Segundo Casimiro, o Governo priorizou neste primeiro momento a renovação de cinco contratos ferroviários, abrangendo a extensão de 12 mil quilômetros de malha. Serão contratos que promoverão investimentos importantes. A declaração do Ministro foi feita durante o VII Brasil nos Trilhos, seminário promovido pela Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários (ANTF), que reúne as maiores empresas ferroviárias

do País. No momento, cinco empresas estão apresentando projetos para antecipar a renovação das concessões. Os da Rumo são os que estão mais avançados, prestes a passar por análise do Tribunal de Contas da União (TCU). A Vale, segunda mais adiantada, está finalizando os projetos que serão entregues para as autarquias do Governo. Os contratos venceriam somente em 2028, mas é vantajoso, para as empresas, pedir antecipadamente a renovação das concessões, para que elas possam programar os investimentos que serão feitos nos próximos anos, com a garantia de que as malhas já concedidas não serão relicitadas. *(Baseado em Exame - 14.05.2018).*

1. ENERGIA ELÉTRICA

1.1. Previsão para Entrada em Operação de Novos Geradores – Quadro Geral (ANEEL)

**Previsão para Entrada em Operação (em MW)
de 15 de abril de 2018 até 31 de dezembro de 2022**

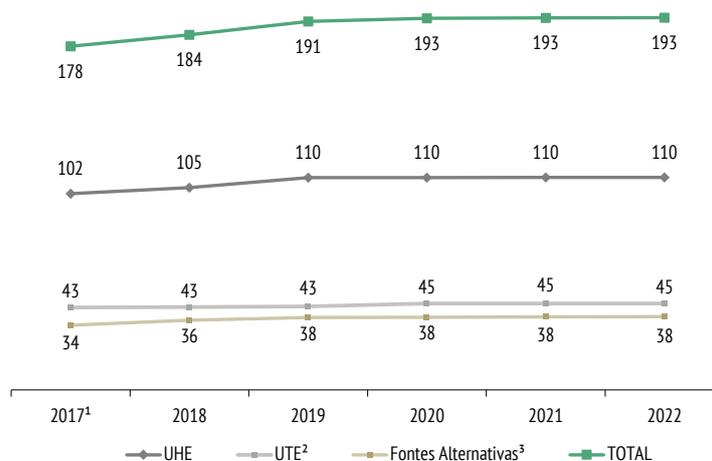
Usinas Hidrelétricas (UHE)						
Cenário	2018	2019	2020	2021	2022	Σ
Conservador	2.136	5.236	0	32	0	7.404
Otimista	2.136	5.236	0	32	71	7.475
Usinas Termelétricas (UTE)						
Cenário	2018	2019	2020	2021	2022	Σ
Conservador	118	345	1.516	0	50	2.029
Otimista	118	828	2.081	1.244	50	4.320
Fontes Alternativas - PCHs, Biomassa, Eólica e Fotovoltaica (F.A.)						
Cenário	2018	2019	2020	2021	2022	Σ
Conservador	2.040	793	86	16	20	2.956
Otimista	2.040	2.568	727	1.019	252	6.606
Somatório de UHE, UTE e F.A.						
Cenário	2018	2019	2020	2021	2022	Σ
Conservador	4.295	6.374	1.602	48	70	12.388
Otimista	4.295	8.631	2.808	2.295	374	18.402

As estimativas divulgadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) indicam, no cenário conservador, aumento de 1,1% ao ano na capacidade total de geração elétrica do País, considerando o período entre 15 de abril de 2018 e 31 de dezembro de 2022.

No cenário otimista, a previsão de expansão é de aproximadamente 18,4 mil MW no período 2018-2022. Nesse cenário, a taxa média de crescimento da capacidade instalada de geração elétrica seria de 1,9% ao ano.

Fonte: Elaboração própria com dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL)
Cenário conservador: considera somente as usinas sem restrições à entrada em operação.
Cenário otimista: considera as usinas sem restrições à entrada em operação e as usinas com impedimentos tais como licença ambiental não obtida, obra não iniciada e contrato de combustível indefinido.

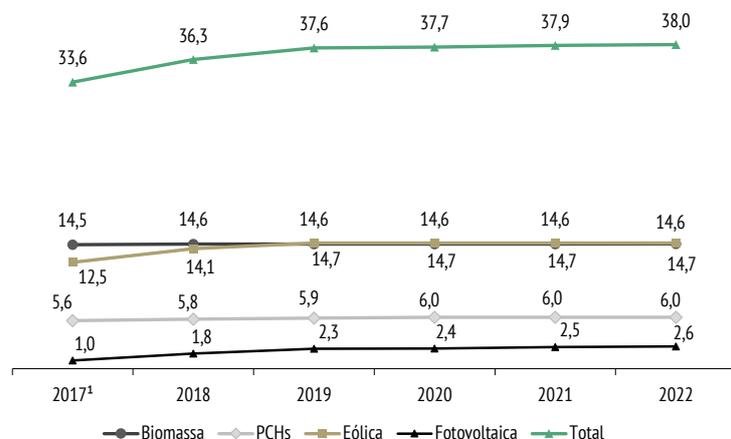
Previsão da Capacidade Instalada* (GW) Cenário Conservador



Fonte:
Elaboração própria com dados da Aneel.

Notas:
¹ Capacidade Instalada em 31/12/2017.
² UTEs movidas a carvão, gás natural, diesel e óleo combustível.
³ PCHs, UTEs movidas a biomassa e eólicas.
* Excluídas as Centrais Nucleares.

**Previsão da Capacidade Instalada - Fontes Alternativas (GW)
Cenário Conservador**



Fonte: Elaboração própria com dados da Aneel.
¹ Capacidade Instalada em 31/12/2017.

A estimativa conservadora de crescimento da capacidade instalada de geração elétrica, em 2018, é superior à estimativa de crescimento do PIB elaborada pela CNI, respectivamente, 3,38% e 2,6%.

Entre 2018 e 2022, no cenário conservador, estima-se o crescimento de 8,2% da capacidade instalada no Brasil de usinas hidrelétricas (UHEs). O crescimento da geração térmica (UTEs), também no cenário conservador, deve ser de 4,8% no mesmo período. Em dezembro de 2017, a participação das UHEs foi de 57% na matriz elétrica nacional (desconsiderando as centrais nucleares) e deve permanecer no mesmo patamar até 2022. A participação na capacidade total instalada das UTEs foi de 24% em 2017 e deve se manter no mesmo patamar até 2022.

A participação das usinas térmicas a biomassa deve se manter em 8% e a participação das pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) deve se manter em 3% até 2022. A previsão conservadora para a participação das usinas eólicas (EOL) na capacidade total instalada, em 2022, passará de 7% para 8%, enquanto as usinas solares fotovoltaicas representaram 1% e deve manter o mesmo valor até 2022.

1.1.1. Geração Hidrelétrica e Termelétrica

A previsão otimista prevê a entrada em operação de 7,5 mil MW de UHEs até 2022 e a previsão conservadora prevê uma entrada de 7,4 mil MW para o mesmo período. Em outras palavras, cerca de 99% da potência prevista não apresentam restrição ao andamento dos trabalhos.

Em relação às termelétricas, prevê-se a entrada em operação no cenário otimista de 4,3 mil MW até 2022. Cerca de 47% dos empreendimentos não apresentam restrição ao andamento dos trabalhos.

1.1.2. Geração a partir de Fontes Alternativas

No cenário conservador, a contribuição das PCHs deverá ser de 365 MW de potência adicional até 2022. Já no cenário otimista, até 2022, devem entrar em operação um total de 1,3 mil MW. As usinas à biomassa devem acrescentar, no cenário conservador, 106 MW até 2022. No cenário otimista, a contribuição adicional total dessa fonte pode chegar a 520 MW para o mesmo período.

Apesar da alta capacidade prevista para entrada em operação de eólicas no cenário otimista de 3,3 mil MW, apenas 57% da potência (1,8 mil MW) não apresenta restrições para entrada em operação até 2022. Até 2022, as usinas solares fotovoltaicas têm previsão otimista de entrada em operação 1,5 mil MW e 623 MW para o cenário conservador.

Cerca de dois terços dos grandes rios do mundo têm barragens cuja implantação se concentra no Hemisfério Norte. A atual fronteira da construção de novas barragens situa-se na Região neotropical. Nessa faixa, em especial na Amazônia ocidental, alta precipitação associada a topografia acidentada cria potencial expressivo para o aproveitamento hidroelétrico. Três países andinos – Equador, Peru e Bolívia – privilegiam o aproveitamento hidroelétrico como via de atendimento à futura demanda de energia. Estimam a potência adicional de 7.000 MW até 2020. Já a configuração relativamente plana da Amazônia brasileira é menos favorável à tal expansão. Por essa razão, os projetos hidroelétricos na hinterland do Brasil tendem a requerer grandes reservatórios relativamente mais rasos.

Há planos para construção de 277 novas usinas hidrelétricas na Bacia Amazônica. São planos ambiciosos que incluem a construção de 151 diques e casas de força com capacidade geradora acima de 2 MW na área ocidental da Amazônia ao longo das duas próximas décadas. Incluem as usinas Manseriche, de 4.500 MW, e Inambari, de 2.200 MW. A maior parte dessas barragens seriam feitas na Cordilheira dos Andes, onde a topografia favorece a criação de reservatórios profundos com quedas elevadas. Dentre as principais preocupações relativas a esse propósito multinacional, emergem as relacionadas à sedimentação e à movimentação dos peixes.

Em que consiste o primeiro tópico? A maioria dos sedimentos carreados pelo Rio Amazonas derivam dos Andes. Dentre as consequências de grandes reduções de

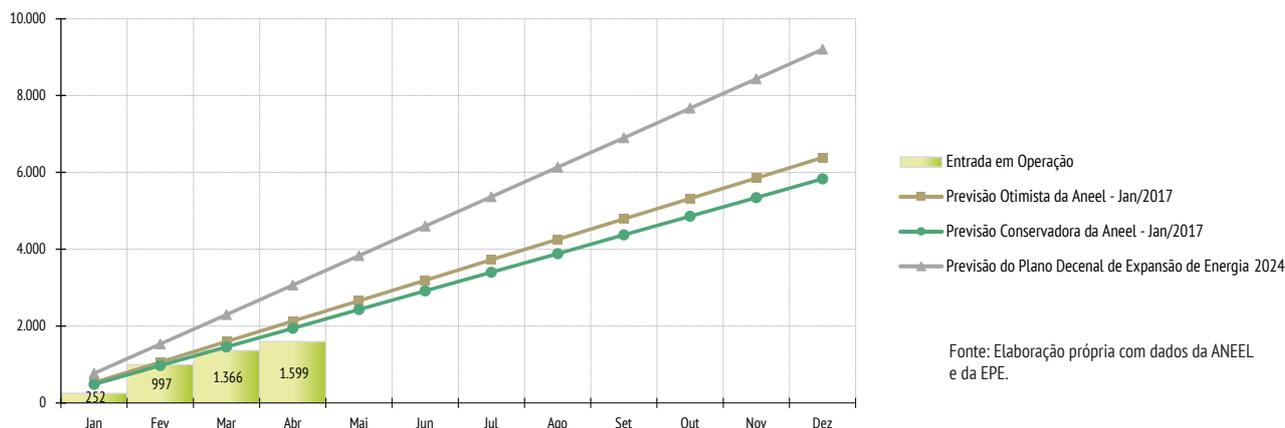
cargas sedimentares provocadas pelos embalses estão a rápida erosão rio abaixo, alterações de largura do canal e perda de vegetação. A sedimentação nos reservatórios também pode afetar a operação das barragens e as atividades nos reservatórios. Até mesmo a operação das usinas é prejudicada quando a concentração de sedimentos é tal que invade as turbinas. Com base nessa perspectiva, seis diques idealizados para operar nos principais tributários andinos são motivo de intenso debate, visto que apresentam altas concentrações de sedimentos em suspensão e serão os maiores e mais distantes reservatórios de armazenamento em seus respectivos cursos d'água. A retenção do fluido pode provocar impactos na hidrologia, geomorfologia e produtividade do sistema fluvial amazônico. Tal é a preocupação registrada em “The potential impact of new Andean dams on Amazon fluvial ecosystems”, de Bruce R. Forsberg e outros, em *The World's First Multidisciplinary Open Access Journal*, 2017. Poderia o problema ser mitigado por meio da gestão da vazão. Caso contrário, os empreendedores interessados no aproveitamento energético dos cursos d'água da Amazônia brasileira seriam prejudicados. Poderiam esses projetos estimar que a retenção de sedimentos rio acima não altere as calhas dos rios do lado oriental das bacias?

Quanto à piracema, poderiam os projetos do lado brasileiro supor que os projetos hidrelétricos existentes e projetados em zonas de alto relevo topográfico, em sua maioria acima de 500 m de altitude (piso que caracteriza o começo dos contrafortes andinos), não afetem diretamente o comportamento de peixes migratórios de longa distância? É o que resta saber.

11.3. Expansão da Capacidade de Geração

O gráfico apresentado a seguir ilustra os acréscimos mensais de capacidade geradora no sistema interligado nacional. As linhas representam uma média teórica de entrada uniforme de capacidade geradora para que a previsão seja atingida.

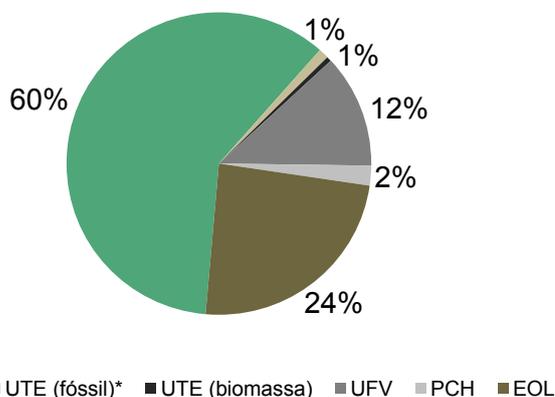
**Expansão da Capacidade de Geração em 2018 (MW)
De 1º de janeiro a 15 de abril de 2018**



Fonte: Elaboração própria com dados da ANEEL e da EPE.

Em 2018, até 15 de abril, entraram em operação 1.599 MW. Desse total, as UHEs representaram 60% da potência total que entrou em operação totalizando 961,1 MW. As EOLs representaram 24%, totalizando 384,4 MW. As UFVs representaram 12% (193,6MW), as PCHs apenas 2% (34 MW), enquanto Biomassa e UTE fósseis representaram 1% da potência total instalada cada uma.

**Distribuição da Capacidade Instalada por Tipo de Usina (%)
De 1º de janeiro a 15 de abril de 2018**



Fonte: Elaboração própria com dados da ANEEL.
* Inclui UTEs a óleo combustível, óleo diesel, gás natural e carvão.

1.2. Consumo de Energia Elétrica (EPE)

O mercado nacional de fornecimento de energia elétrica a consumidores livres e cativos atingiu, em março de 2018, 39.968 GWh, apresentando valor 1% inferior ao observado em março de 2017.

O consumo industrial de energia elétrica foi de 14.023 GWh, valor 2% superior ao observado no mesmo mês de 2017. O consumo industrial de energia elétrica representou 35% do total de energia elétrica consumida em março de 2017.

O pequeno progresso do consumo das indústrias em março se deu em cima de uma estabilidade em março de 2017, reforçando a percepção de recuperação gradual da classe. Esta característica também se apresentou na taxa anual de março (+1,6%) da série de médias móveis de 12 meses da demanda industrial, basicamente o mesmo valor de fevereiro (+1,5%), o que aparenta sinalizar um outro “degrau” na série. Embora a conjuntura econômica ainda seja de dificuldades, a percepção é que ela está evoluindo gradualmente com sinais suaves de recuperação.

Consumo de Energia Elétrica por Classe (GWh)

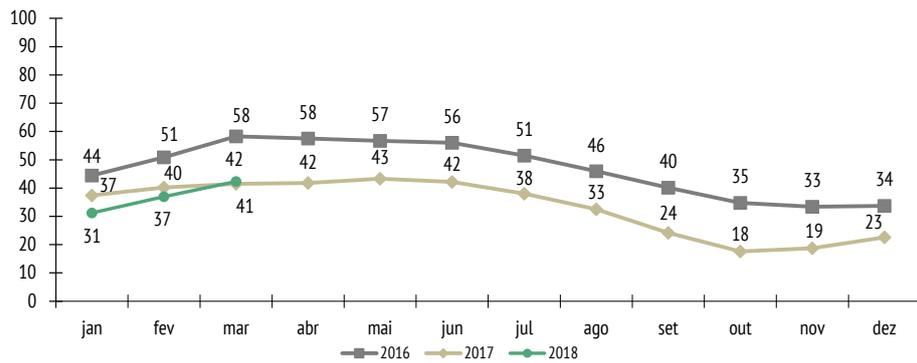
Classe	Março	Março	Var.	Jan-Mar	Jan-Mar	Var.
	2017	2018	%	2017	2018	%
Residencial	12.203	11.793	-3	23.211	23.394	1
Industrial	13.810	14.023	2	26.465	27.478	4
Comercial	7.948	7.798	-2	15.445	15.274	-1
Outras	6.410	6.354	-1	12.695	12.595	-1
Total	40.371	39.968	-1	77.816	78.741	1

Fonte: Elaboração própria com dados da EPE.

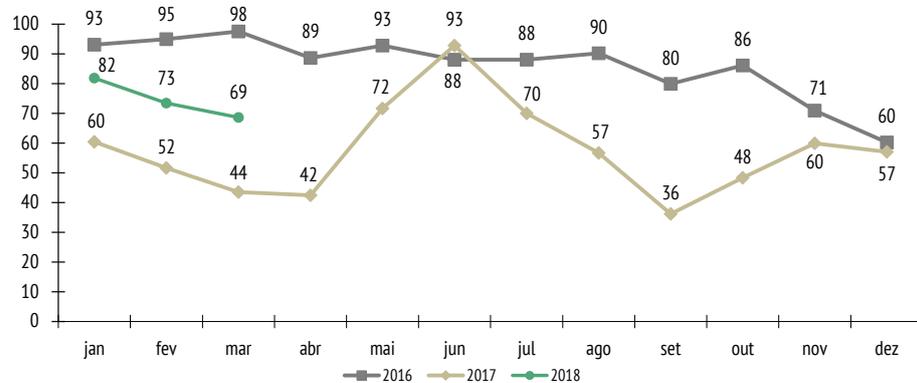
1.3. Energia Armazenada Verificada (ONS)

Em março de 2018, todas as regiões apresentaram energia armazenada acima do valor do mesmo mês do ano anterior. A região Sul apresentou energia armazenada 25% superior à apresentada em março de 2017, porém 29% abaixo da apresentada em março de 2016. Em março de 2018, a região Norte apresentou energia armazenada 1 ponto percentual superior à verificada no mesmo mês de 2017. A região Nordeste apresentou alta em relação ao mês anterior, tendo a energia armazenada verificada de 36% em março de 2018, 10% superior em relação à verificada em fevereiro de 2018.

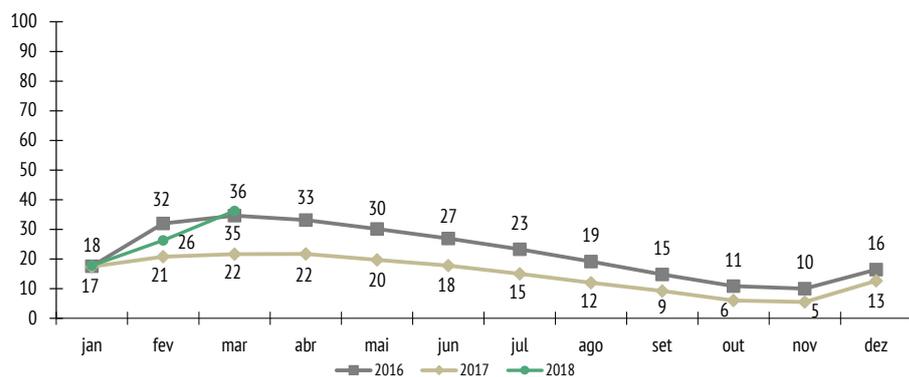
**Energia Armazenada Verificada
Sudeste e Centro-Oeste (%)**



**Energia Armazenada Verificada
Sul (%)**

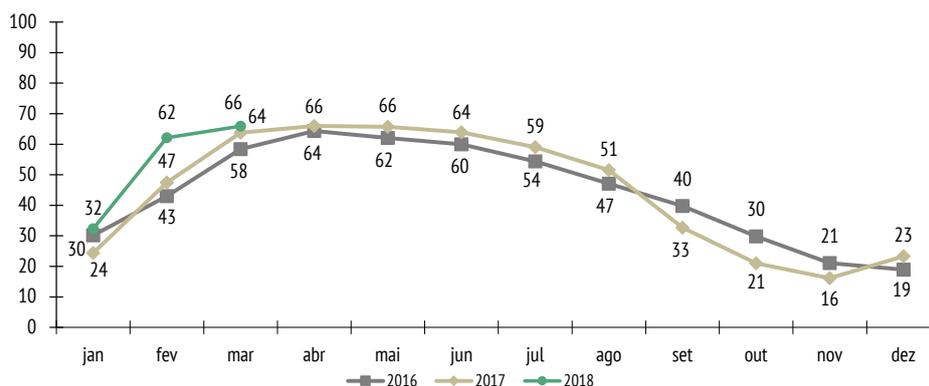


**Energia Armazenada Verificada
Nordeste (%)**



Energia Armazenada Verificada Norte (%)

Fonte: Elaboração própria com dados do ONS.



1.4. Preço de Liquidação das Diferenças (CCEE)

O Preço de Liquidação das Diferenças - PLD é utilizado para valorar a compra e a venda de energia no mercado de curto prazo. O PLD é um valor determinado semanalmente para cada patamar de carga com base no custo marginal de operação, limitado por um preço máximo e mínimo vigentes para cada período de apuração e para cada submercado. Os intervalos de duração de cada patamar são determinados para cada mês de apuração pelo ONS e informados à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, para que sejam considerados no sistema de contabilização e liquidação. Em 2018, o PLD mínimo e máximo são, respectivamente, R\$ 40,16 e R\$ 505,18/MWh.

Na quinta semana de março de 2018, o PLD atingiu R\$ 232,78 para carga média e pesada e R\$ 223,03 para carga leve para as regiões Sudeste, Centro-Oeste, Sul e Nordeste. A região Norte atingiu R\$ 40,16 para todas as cargas. Todas regiões atingiram valor abaixo do determinado para 2018.

Preço de Liquidação das Diferenças - PLD (R\$/MWh) Semana 5 - Março 2018 (Período: 24/03/2018 a 30/03/2018)

Carga	Sudeste/Centro-Oeste	Sul	Nordeste	Norte
Pesada	232,78	232,78	232,78	40,16
Média	232,78	232,78	232,78	40,16
Leve	223,03	223,03	223,03	40,16

Fonte: Elaboração própria com dados da CCEE

O cálculo da média mensal do PLD por submercado considera os preços semanais por patamar de carga leve, média e pesada, ponderado pelo número de horas em cada patamar e em cada semana do mês, para todas as Regiões. No mês de março de 2018, todas as regiões menos o Norte apresentaram PLD médio similares, R\$ 218,14 para o Nordeste e R\$ 219,23 para Sul, Sudeste e Centro-Oeste. A maior variação verificada é da região norte, 19% superior relação a 2017. A região Nordeste apresentou um PLD médio 23% inferior o mesmo mês do ano anterior.

Preço de Liquidação das Diferenças - PLD (R\$/MWh) Mensal

Região	Março	Março	Variação (%)
	2017	2018	
Sudeste/Centro-Oeste	216,24	219,23	1
Sul	216,24	219,23	1
Nordeste	284,01	218,14	-23
Norte	33,68	40,16	19

Fonte: Elaboração própria com dados da CCEE

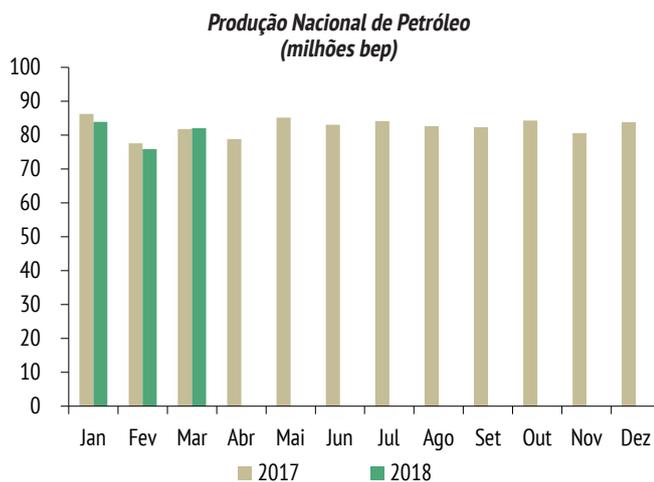
2. PETRÓLEO

2.1. Produção, Comércio Exterior e Processamento de Petróleo (ANP)

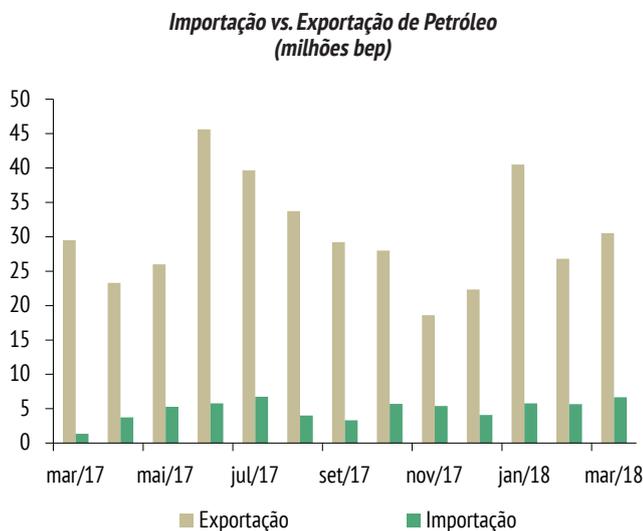
A produção nacional de petróleo, no mês de março de 2018, foi de 82,1 milhões de barris equivalentes de petróleo (bep), volume 0,32% superior ao produzido no mesmo mês do ano anterior. No acumulado do ano, a produção foi 2% inferior ao ano anterior.

O grau API (escala que mede a densidade dos líquidos derivados do petróleo) médio do petróleo produzido em março de 2018 foi de 27,2°, sendo que 37,4% da produção foi considerada óleo leve (maior ou igual a 31°API), 48,9% foi considerada óleo médio (entre 22°API e 31°API) e 13,7% foi considerado óleo pesado (menor que 22°API).

O volume correspondente ao processamento de petróleo nas refinarias nacionais, em março de 2018, foi de 50,9 milhões bep. Esse volume foi 7,8% inferior ao observado em março de 2017. No acumulado do ano, o volume de processamento foi 7% inferior.

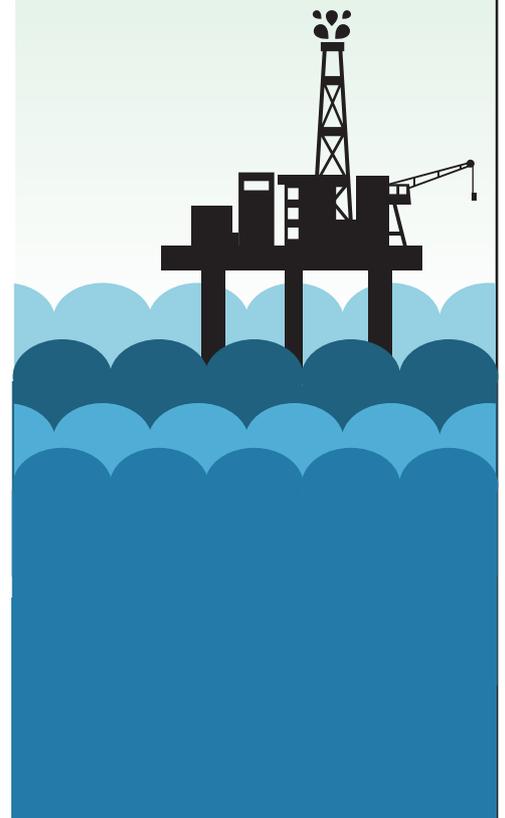


Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

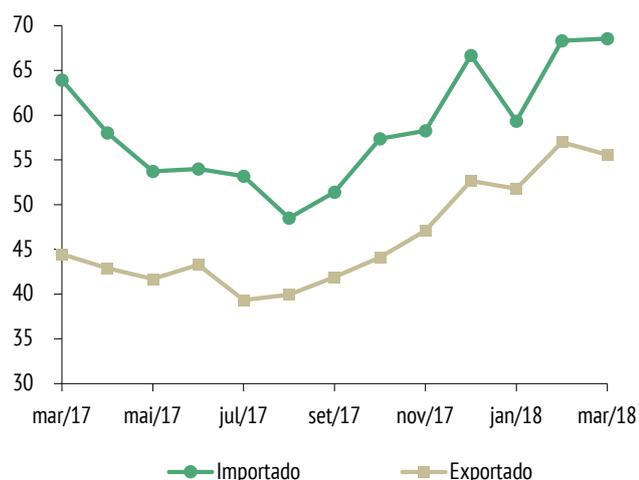


Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

De acordo com a ANP, em março de 2018, cerca de 95,5% da produção de petróleo do Brasil foi extraída de campos marítimos.



**Preço Médio do Petróleo Importado e Exportado
(US\$ FOB/barril)**



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

O volume de petróleo exportado pelo País, em março de 2018, foi de 30,5 milhões de bep, volume 3,5% superior ao exportado em março de 2017. No acumulado do ano, o volume de petróleo exportado foi 16% inferior ao observado no mesmo período de 2017.

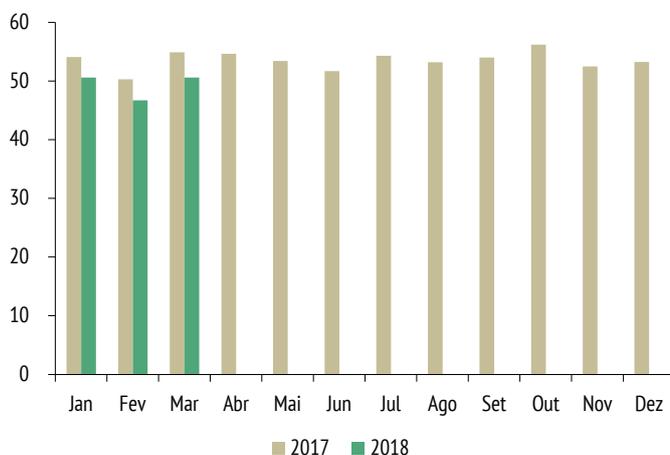
O preço médio do petróleo importado pelo País, em março de 2018, foi de US\$ 68,55/barril, valor 7,2% superior ao observado em março de 2017.

2.2. Produção e Comércio Exterior de Combustíveis Derivados de Petróleo (ANP)

Em março de 2018, a produção nacional de derivados de petróleo foi de 50,6 milhões bep (1 bep equivale a 0,16 m³), volume 0,7% superior ao produzido em março de 2017. No acumulado do ano, a produção nacional de derivados foi 7% inferior ao mesmo período do ano passado.

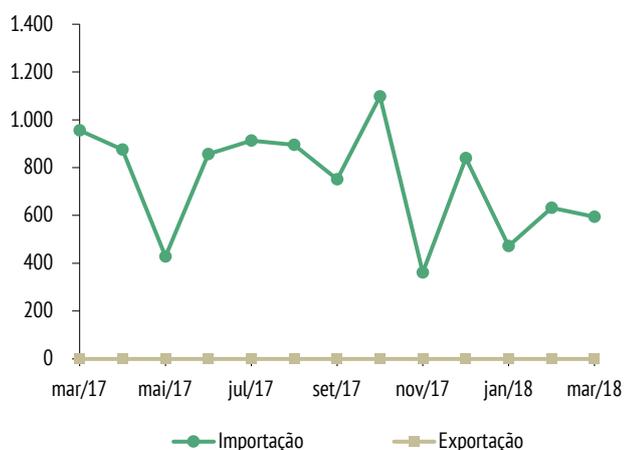
A importação de derivados de petróleo, em março de 2018 foi de 16,4 milhões bep, valor 1,3% inferior ao registrado em março do ano anterior. No acumulado do ano, a importação observada foi 5% inferior ao mesmo período do ano passado.

**Produção de Derivados de Petróleo
(milhões bep)**



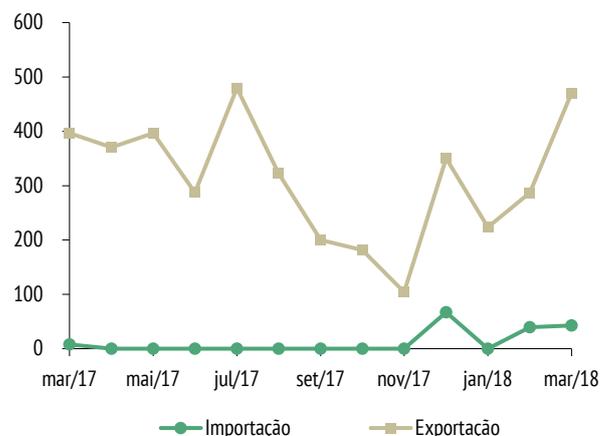
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Importação e Exportação de Nafta
(mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

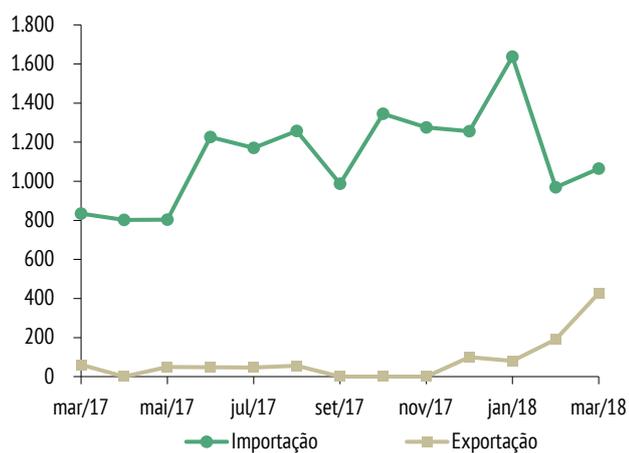
Importação e Exportação de Óleo Combustível
(mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

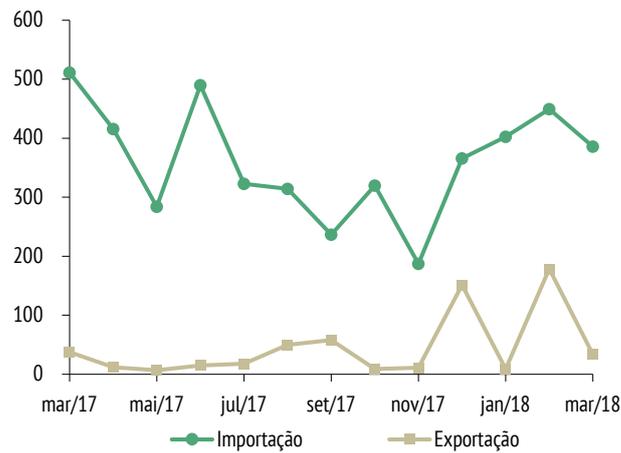
Com respeito à exportação de derivados de petróleo, em março de 2018, foi constatado um total de 9,5 milhões bep, o que representa um volume 18,6% superior ao observado no mesmo mês de 2017. No acumulado do ano, a exportação foi 1% inferior.

Importação e Exportação de Óleo Diesel
(mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Importação e Exportação de Gasolina
(mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

2.3. Dependência Externa de Petróleo e Derivados (ANP).

Em março de 2018, o Brasil registrou uma dependência externa negativa de 35% na balança comercial de petróleo e derivados. A importação de petróleo e derivados foi 21 milhões bep inferior à exportação de petróleo e derivados frente a um consumo aparente de 61 milhões de bep. Em março de 2017, a dependência externa foi negativa em 10%. No acumulado do ano de 2018, foi observada uma dependência negativa de 45%.

Dependência Externa de Petróleo e Derivados (milhões bep)

	Março/2017	Jan-Mar/2017	Março/2018	Jan-Mar/2018
Produção de Petróleo (a)	73	218	82	246
Imp. Líq. de Petróleo (b)	-15	-54	-28	-106
Imp. Líq. de Derivados (c)	9	33	7	30
Consumo Aparente (d)=(a+b+c)	66	197	61	170
Dependência Externa (e)=(d-a)	-7	-21	-21	-76
Dependência Externa (e)/(d)	-10%	-11%	-35%	-45%

Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

2.4. Balança Comercial de Petróleo e Derivados (ANP).

A balança comercial brasileira de petróleo e derivados, em março de 2018, apresentou saldo positivo de US\$ 686 milhões FOB. Ou seja, o Brasil exportou US\$ 686 milhões FOB mais do que importou. No mesmo mês do ano anterior, esse saldo foi negativo de US\$ 343 milhões FOB. No acumulado do ano, a balança comercial de petróleo e derivados apresentou saldo positivo de US\$ 2.425 milhões FOB.

Balança Comercial de Petróleo e Derivados (milhão US\$ FOB)

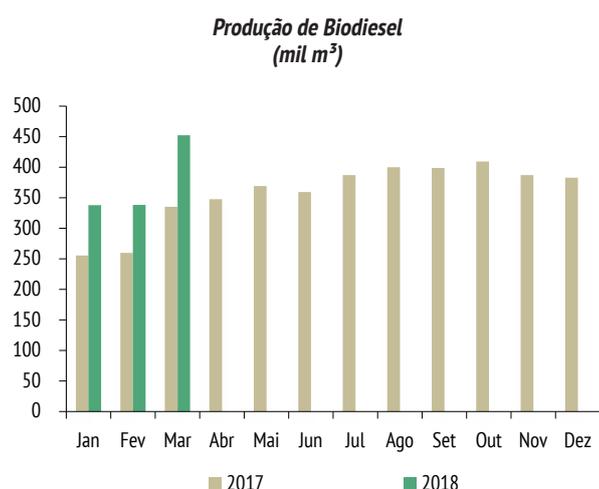
	Março/2017	Jan-Mar/2017	Março/2018	Jan-Mar/2018
Petróleo				
Receita com exportação (a)	510	1.835	1.312	5.149
Dispêndio com importação (b)	277	885	87	514
Balança Comercial (c)=(a-b)	233	949	1.225	4.634
Derivados				
Receita com exportação (d)	493	1.360	666	1.669
Dispêndio com importação (e)	1.069	3.397	1.205	3.878
Balança Comercial (f)=(d-e)	-576	-2.037	-539	-2.209
Petróleo e Derivados				
Receita Total com exportação (g)=(a+d)	1.003	3.195	1.978	6.818
Dispêndio Total com importação (h)=(b+e)	1.347	4.283	1.292	4.392
Balança Total (i)=(g)-(h)	-343	-1.088	686	2.425

Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

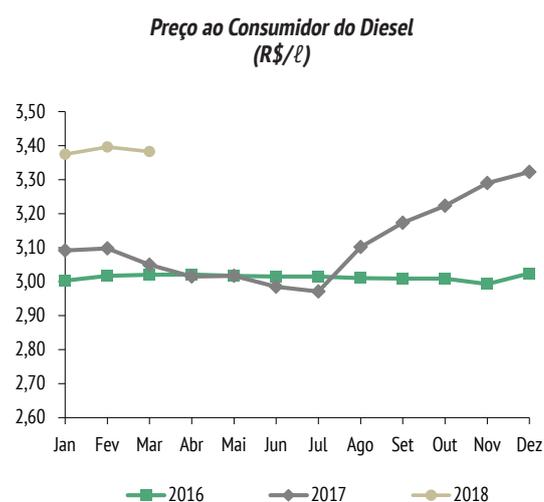
3. BIOCOMBUSTÍVEIS

3.1. Produção de Biodiesel (ANP)

A produção nacional de biodiesel, em março de 2018, foi de 452 mil m³, montante 35% superior ao produzido em março de 2017. No acumulado do ano, a produção de biodiesel foi 33% superior. O preço do óleo diesel (misturado com biodiesel), em março de 2018, foi de R\$ 3,383/ℓ, valor 10,9% superior ao observado em março de 2017.



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

3.2. Álcool

3.2.1. Produção de Álcool e Açúcar (MAPA)

A safra 2016/2017, já encerrada, produziu 27,8 milhões de m³ de álcool, volume 9% inferior ao produzido na safra 2015/2016. Já a produção de açúcar teve um aumento significativo de 16% em relação à safra anterior, totalizando 38,8 milhões de toneladas.

A nova safra 2017/2018 produziu, até o dia 31 de março de 2018, 27,8 milhões de m³ de álcool, sendo 16,7 milhões de m³ referentes à produção de álcool etílico hidratado (60%). A produção total de álcool manteve o mesmo valor em relação ao mesmo período da safra anterior.

A produção de açúcar se manteve em crescimento em relação ao mês anterior, até 31 de março, produziu-se 37,9 milhões de toneladas de açúcar, volume 2% inferior ao observado no mesmo período da safra 2016/2017.

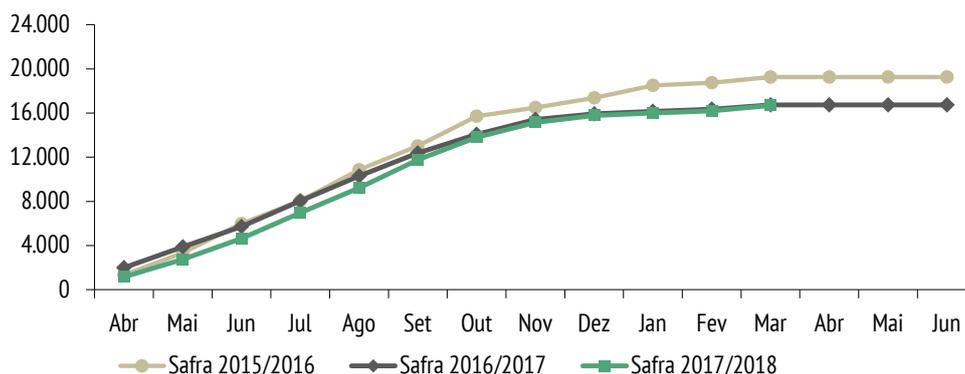
As safras se iniciam em abril e se encerram em junho do ano posterior. Assim, durante 3 meses se observam duas safras paralelas nos diferentes estados brasileiros.

Produção de Álcool e Açúcar - Valores Acumulados

	Safra 2016/2017 (até 31 de março de 2017)	Safra 2017/2018 (até 31 de março de 2018)	Variação (%)
Álcool Anidro (mil m ³)	11.073	11.085	0
Álcool Hidratado (mil m ³)	16.735	16.675	0
Total Álcool (mil m³)	27.808	27.760	0
Açúcar (mil ton)	38.711	37.883	-2

Fonte: Elaboração própria com dados do MAPA.

Produção de Álcool Etílico Hidratado (mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados do MAPA.

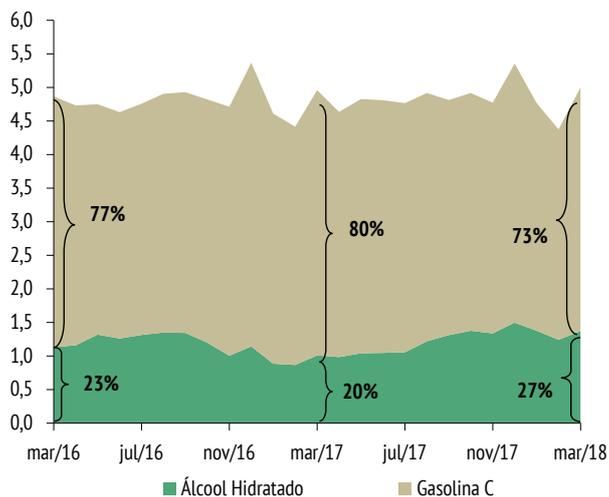
3.2.2. Vendas de Álcool Etílico Hidratado (ANP)

As vendas de álcool etílico hidratado foram de 1,4 milhões m³ em março de 2018. Esse número representa um aumento de 35,9% em relação ao volume vendido em março do ano anterior.

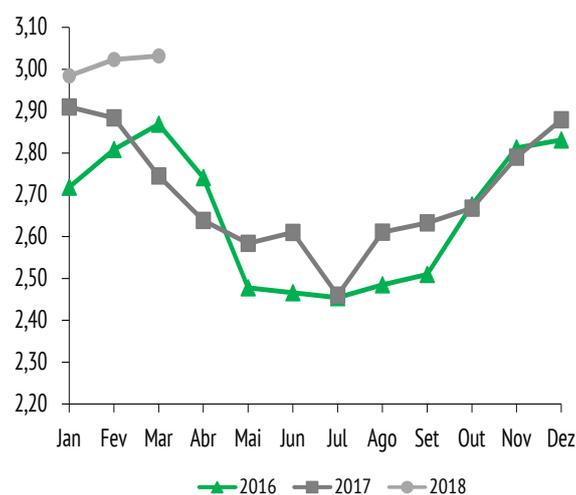
As vendas de álcool etílico hidratado representaram 28% do universo de vendas do álcool e da gasolina em março de 2018. Essa participação foi 8% superior ao observado em março de 2017.

Em março de 2018, o preço médio ao consumidor do álcool etílico hidratado foi de R\$ 3,032/ℓ, valor 10,5% superior ao registrado no mesmo período de 2017.

Vendas de Álcool Etílico Hidratado e Gasolina C¹ (milhão m³)



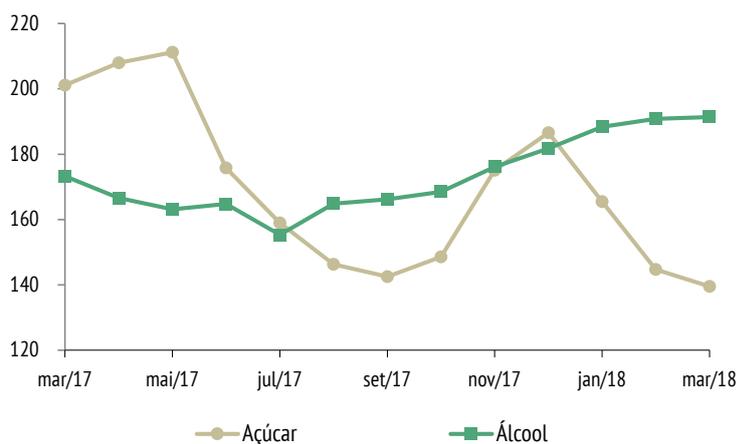
Preço ao Consumidor do Álcool Etílico Hidratado (R\$/ℓ)



¹Gasolina C: Gasolina A + percentual de Álcool Anidro.
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Índice de Preço do Açúcar* e do Álcool Etílico Hidratado
(JAN/07 = 100)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP e da ESALQ/USP.

* Foi considerado o preço do açúcar cristal observado no Estado de São Paulo, no 1º dia útil de cada mês, divulgado pela ESALQ/USP.

4. GÁS NATURAL

4.1. Produção, Importação e Oferta Interna de Gás Natural (ANP)

A produção nacional diária média de gás natural, em março de 2018, foi de 101,3 milhões m³, representando um aumento de 12% comparado à média verificada em março de 2017.

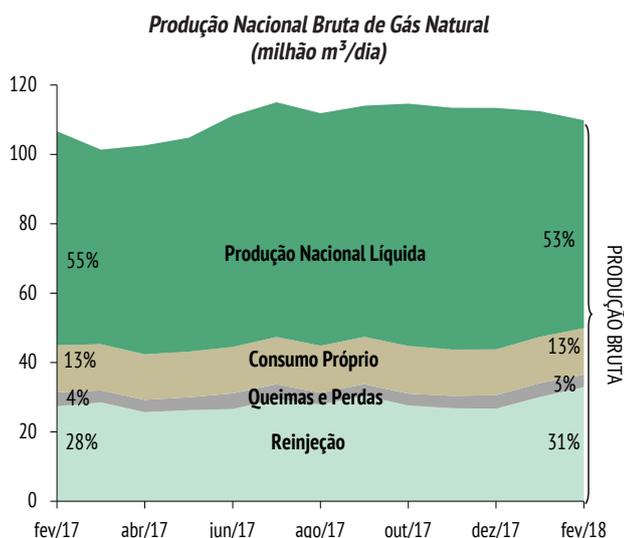
A importação de gás natural realizada pelo País, em março de 2018, foi de 32 milhões m³/dia. A oferta total líquida desse energético, descontando o gás natural queimado, perdido, reinjetado e consumido nas unidades de exploração e produção, naquele mês, foi de 89,1 milhões m³/dia. Este montante é 2% superior ao observado em março de 2017.

A proporção de gás natural queimado, perdido, reinjetado e consumido nas unidades de exploração e produção (E&P) foi de 45% em março de 2018. Em março de 2017, essa proporção havia sido de 50%.

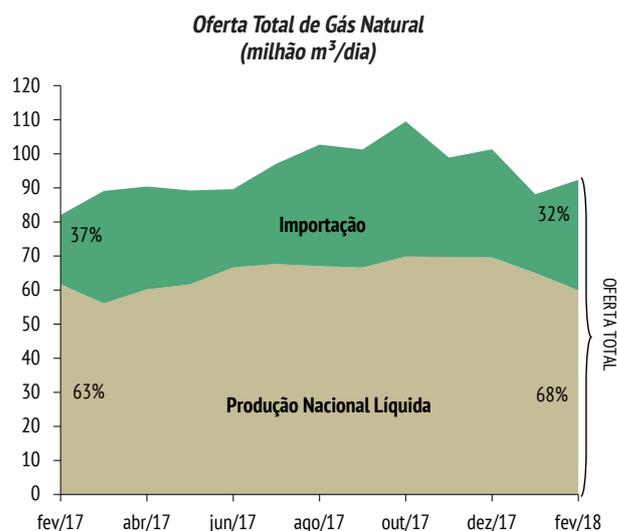
Balanço do Gás Natural no Brasil (mil m³/dia)

	Média em Março/2017	Média do período Jan-Mar/2017	Média em Março/2018	Média do período Jan-Mar/2018	Varição (%)
Produção Nacional¹	90.355	96.263	101.346	105.975	12%
- Reinjeção	28.351	29.728	28.492	27.960	0%
- Queimas e Perdas	4.644	4.265	3.467	3.902	-25%
- Consumo Próprio	11.949	12.368	13.307	13.486	11%
= Produção Nac. Líquida	45.412	49.902	56.080	60.627	23%
+ Importação	41.771	44.862	33.022	22.655	-21%
= Oferta	87.183	94.765	89.103	83.282	2%

¹ Não inclui Gás Natural Liquefeito.
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

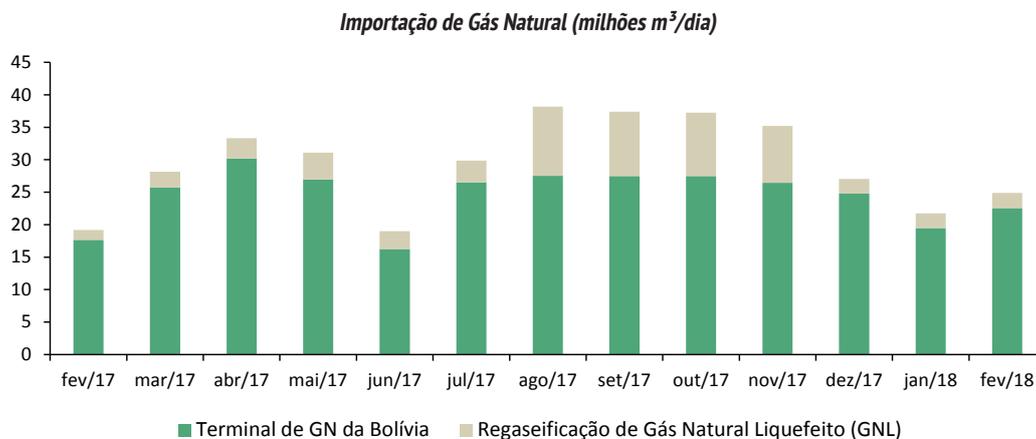


Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

4.2. Importação Média de Gás Natural (MME)

A importação média de Gás Natural da Bolívia, em fevereiro de 2018, foi de 22,54 milhões de m³/dia, volume 28% superior ao observado no mesmo mês de 2017.

Em fevereiro de 2018, a importação média de Gás Natural Liquefeito (GNL) totalizou 2,4 milhões m³/dia, volume 57% superior ao montante observado em fevereiro do ano anterior.



Fonte: Elaboração própria com dados do Ministério de Minas e Energia.

4.3. Consumo de Gás Natural (ABEGÁS)

O consumo de gás natural no país em março de 2018 foi, em média, cerca de 57,4 milhões de m³/dia. Essa média é 2% superior ao volume médio diário consumido em março de 2017.

O setor industrial, em março de 2018, consumiu cerca de 27,2 milhões de m³/dia de gás natural, volume equivalente ao apresentado no mesmo mês do ano anterior.

Consumo de Gás Natural por Segmento

	Médio (mil m ³ /dia)		Variação %	
	Março/2017	Março/2018	Mar-2018/ Mar-2017	Acumulado no Ano
Industrial	27.340	27.226	0	7
Automotivo	5.322	5.972	12	8
Residencial	871	1.092	25	20
Comercial	714	797	12	9
Geração Elétrica	17.540	18.672	6	22
Co-geração*	2.292	2.841	24	20
Outros	1.966	781	-60	-58
Total	56.046	57.381	2	9

Fonte: Elaboração própria com dados da Abegás.

*O segmento co-geração contempla os consumos de co-geração industrial e co-geração comercial.

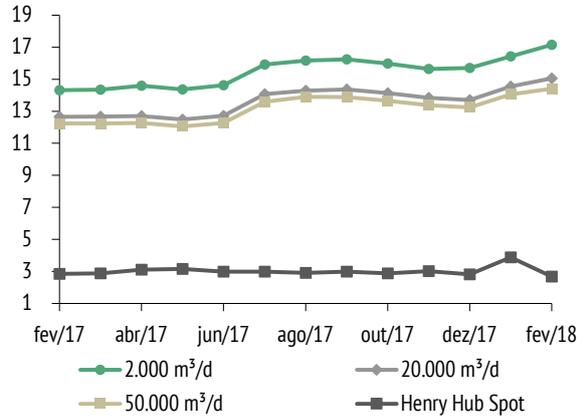
O setor industrial foi responsável por 47% do consumo de gás natural em março de 2018. A geração elétrica foi o segundo maior setor em consumo, responsável por 33% do volume total de gás consumido no mesmo mês.

4.4. Preço do Gás Natural (MME)

O preço médio do gás natural ao consumidor industrial, em fevereiro de 2018, foi de US\$ 15,5/MMBTU, valor 19% superior ao observado em fevereiro de 2017 (US\$ 13,1/MMBTU). Esse valor inclui impostos e custos de transporte.

Em fevereiro de 2018, o preço médio do gás natural no mercado spot Henry Hub foi de US\$ 2,67/MMBTU, valor 6% inferior ao apresentado em fevereiro de 2017 (US\$ 2,85/MMBTU). Esse preço não inclui impostos, transporte nem margem do distribuidor e é estabelecido nos dias úteis em negociações para entrega do dia seguinte.

Preço Médio do Gás Natural: Consumidor Industrial¹ e do Mercado Spot Henry Hub² (US\$/MMBTU)



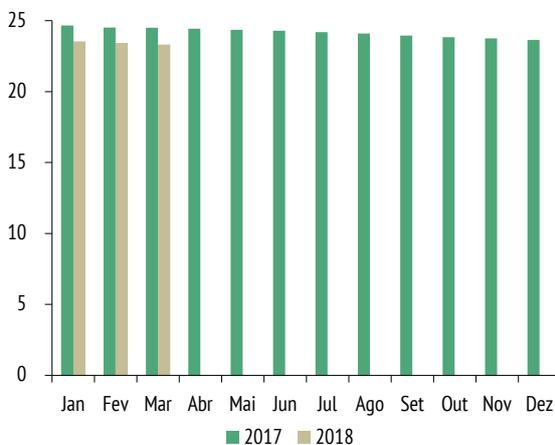
Fonte: Elaboração própria com dados do Ministério de Minas e Energia e do Governo de Nebraska (EUA).
¹ Preço com impostos e custo de transporte. Média mensal.
² Preço sem impostos e custo de transporte. Média ponderada mensal das cotações diárias.

5. TELECOMUNICAÇÕES

5.1. Indicadores do Serviço de Telefonia Fixa (ANATEL)

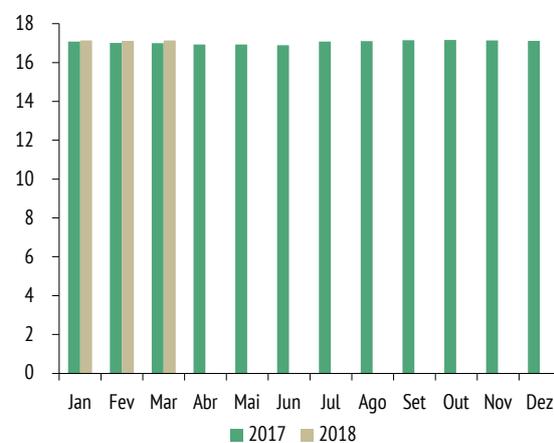
Os acessos fixos instalados são o conjunto formado pelo número total de acessos em serviço, inclusive os destinados ao uso coletivo, mais os acessos que, embora não ativados, disponham de todas as facilidades necessárias à entrada em serviço. O total de acessos fixos instalados em março de 2018 foi de 17,1 milhões e tiveram um crescimento de 0,8% em relação ao registrado em março de 2017. O total de acesso fixos em serviço reduziu para 23,3 milhões em março de 2018, valor 5% inferior ao registrado em março de 2017.

Acessos Fixos Em Serviço (milhões)



Fonte: Elaboração própria com dados da Anatel.

Acessos Fixos Instalados (milhões)

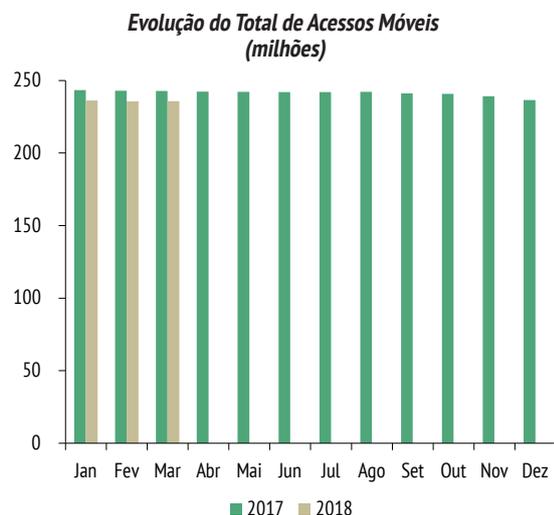


Fonte: Elaboração própria com dados da Anatel.

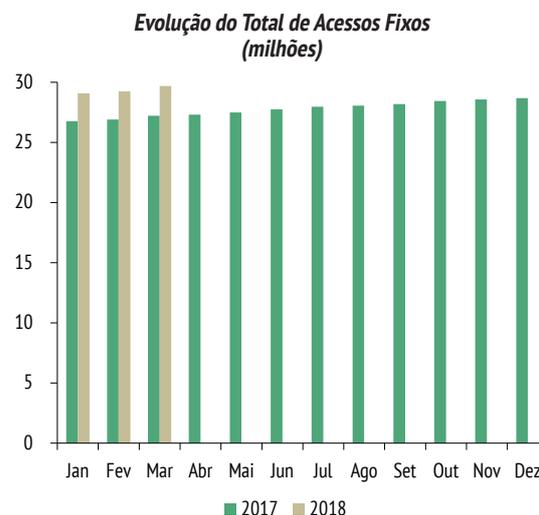
5.2. Serviços Contratados Ativos de Internet Móvel e Fixa (ANATEL)

O número total de acessos via telefonia móvel em março de 2018 foi de 235,8 milhões, montante 3% inferior ao observado no mesmo período de 2017.

Os acessos totais de internet fixa tiveram um crescimento de 9% se compararmos com os valores de março de 2017. Em março de 2018 tivemos aproximadamente 29,7 milhões de acessos fixos enquanto que no mesmo período do ano anterior esse valor foi de 27,2 milhões.



Fonte: Elaboração própria com dados da Anatel.



Fonte: Elaboração própria com dados da Anatel.

6. TRANSPORTES

6.1. Portos Selecionados e Terminais de Uso Privativo (ANTAQ)

Em março de 2018, a movimentação de granel sólido nos portos públicos e nos terminais de uso privativo (TUPs) foi 1% inferior em relação a março de 2017. A movimentação de granel líquido foi 10% superior ao movimentado no mesmo mês do ano anterior, enquanto a carga geral apresentou um valor 18% superior ao de 2017.

Os TUPs representaram 68% da movimentação total de carga nos portos e terminais em março de 2018. A movimentação total nos TUPs foi de 55.178 mil toneladas, volume 1% superior ao observado em março de 2017. Os portos públicos movimentaram 25.828 mil toneladas, volume 6% superior em comparação com mesmo mês do ano anterior.

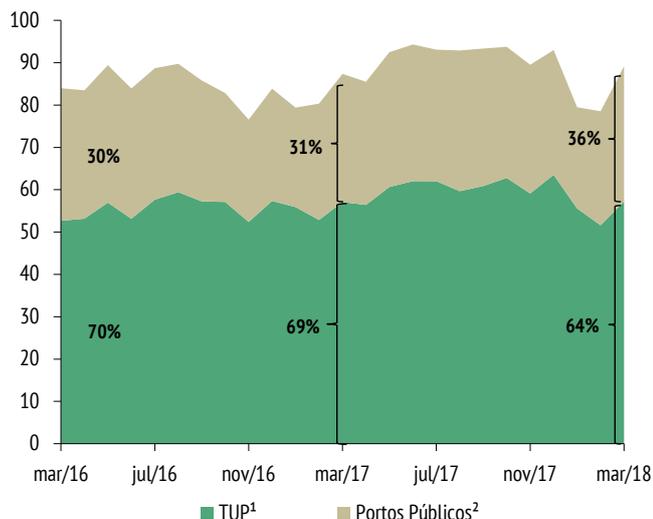
A quantidade de contêineres movimentados em todos os portos organizados e terminais privados do País, em março de 2018, foi de 712 mil TEUs (twenty-foot equivalent unit), volume 1% superior em relação ao mesmo mês do ano anterior.

Movimentação Total de Cargas - por natureza* (mil t)

	Período		Variação %
	Mar/2017	Mar/2018	Mar-2018 / Mar-2017
Granel Sólido (a)	57.728	57.078	-1%
Portos Públicos	18.559	19.565	5%
TUPs	39.169	37.513	-4%
Granel Líquido (b)	17.304	19.002	10%
Portos Públicos	4.545	4.655	2%
TUPs	12.758	14.347	12%
Carga Geral Solta (c)	4.175	4.925	18%
Portos Públicos	1.351	1.608	19%
TUPs	2.824	3.317	17%
Total (a+b+c)	79.206	81.005	2%
Portos Públicos	24.455	25.828	6%
TUPs	54.751	55.178	1%

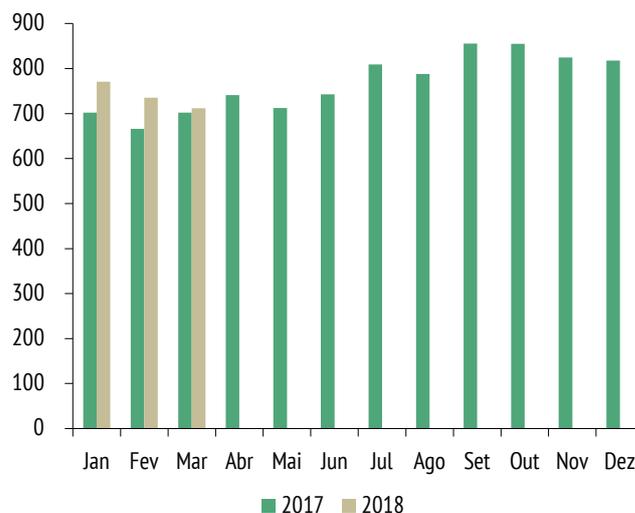
Fonte: Sistema de Informações Gerenciais da ANTAQ. Dados sujeitos a alteração.
* Terminais de uso privativo (114 instalações).
Portos públicos (33 instalações).

**Movimentação Total de Cargas
(milhões t)**



Fonte: Sistema de Informações Gerenciais da ANTAQ. Dados sujeitos a alteração.
*Terminais de uso privativo (114 instalações).
Portos públicos (33 instalações).

**Movimentação Total de Contêineres*
(mil TEUs)**



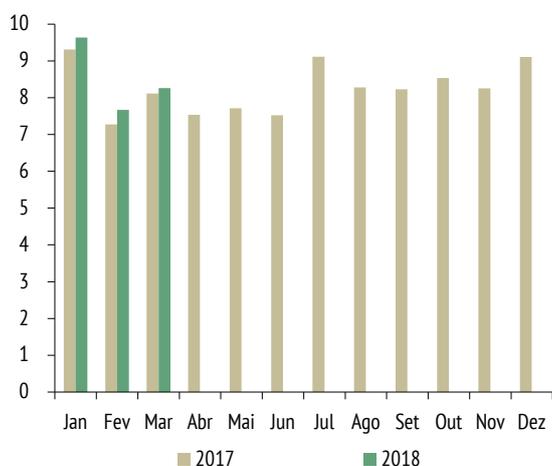
Fonte: Sistema de Informações Gerenciais da ANTAQ. Dados sujeitos a alteração.
*Terminais de uso privativo (114 instalações).
Portos públicos (33 instalações).

6.2. Transporte Aéreo (ANAC)

A movimentação de passageiros pagos em março de 2018, somando mercado nacional e internacional, foi de 8,3 milhões de passageiros, valor 1,9% superior ao averiguado no mesmo mês do ano anterior. Os passageiros nacionais representam 91% da movimentação total de março de 2018.

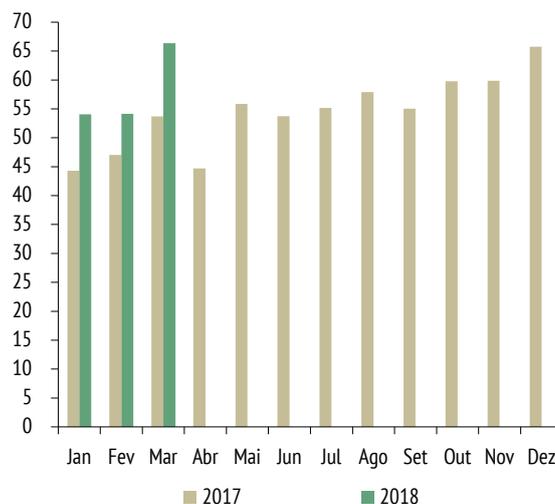
A movimentação de carga aérea total no País em março de 2018, somando mercado nacional e internacional, foi de 66,4 mil toneladas, montante 19,1% inferior ao averiguado no mesmo mês do ano anterior. A carga doméstica respondeu por 61% do total de cargas movimentado no período.

**Movimentação mensal de Passageiros
(milhões)**



Fonte: Elaboração própria com dados da ANAC.

**Movimentação mensal de Cargas
(mil t)**



Fonte: Elaboração própria com dados da ANAC.

6.3. Cargas Ferroviárias (ANTT)

A movimentação de mercadorias nas ferrovias, em março de 2018, foi de 43,7 milhões de toneladas úteis (TUs), valor 1% inferior ao observado no mesmo período de 2017. A Carga Geral - Não Containerizada foi a que apresentou maior crescimento na movimentação de mercadorias transportadas por ferrovias (118%) enquanto que a Indústria Cimenteira e Construção Civil apresentou maior retração (-17%). O minério de ferro correspondeu a 74% do total movimentado em março de 2018.

Movimentação de Mercadoria nas Ferrovias

Ano	2017	2018	Variação (%)
	Março (mil TU)	Março (mil TU)	
Mercadoria			Mar-18 / Mar-17
Minério de Ferro	33.881	32.516	-4
Soja e Farelo de Soja	4.790	5.572	16
Indústria Siderúrgica	1.228	1.331	8
Carvão/Coque	880	954	8
Produção Agrícola (exceto soja)	642	556	-13
Combustíveis e Derivados de Petróleo e Álcool	726	729	0
Extração Vegetal e Celulose	511	608	19
Grãos Minerais	556	533	-4
Conteiner	315	352	12
Adubos e Fertilizantes	238	216	-9
Cimento	212	214	1
Indústria Cimenteira e Construção Civil	137	114	-17
Carga Geral - Não Contein.	3	5	118
Total	44.119	43.700	-1

Fonte: Elaboração própria com dados da ANTT.

6.4. Participação dos Modos de Transporte no Comércio Exterior (MDIC)

Em março de 2018, a movimentação total de exportação e importação realizada no Brasil foi de 75,3 milhões de toneladas, volume 9% inferior ao averiguado em março de 2017. As exportações totalizaram 56,7 milhões de toneladas, 75% do total.

Movimentação Total (exportação e importação) por modo

Modo	mil t		Variação (%)	
	Mar/2017	Mar/2018	Mar-2018 / Mar-2017	Acumulado do ano
Marítimo	66.456	72.476	-10	-5
Fluvial	1.241	1.152	12	1
Aéreo	90	96	2	4
Ferroviário	34	22	-20	-20
Rodoviário	970	999	-2	-7
Outros*	857	536	26	36
Total	69.647	75.281	-9	-5

Fonte: Elaboração própria com dados do MDIC.

*Linha de transmissão, tudo-conduto, postal, próprio, lacustre.

7. INVESTIMENTOS PRIVADOS EM INFRAESTRUTURA

7.1. Desembolsos do BNDES

Em março de 2018, o desembolso total realizado pelo BNDES na área de infraestrutura (refino e álcool, energia elétrica e gás natural, saneamento, telecomunicações e transporte) foi de R\$ 1.255 milhões, valor 20% inferior ao aportado em março de 2017.

Ao longo de 2018, o BNDES desembolsou R\$ 3,3 bilhões em infraestrutura, volume 87% inferior ao desembolsado em 2017 (R\$ 24,4 bilhões). O setor com maior queda foi o de telecomunicações com queda no investimento de 99% em relação ao mesmo mês do ano anterior.

Desembolso mensal BNDES

Setor	Março/2017 R\$ milhão	Março/2018 R\$ milhão	Variação (%)	Participação (%)
Refino e Álcool	114	47	-59	4
Energia Elétrica e Gás Natural	272	559	105	45
Saneamento	186	104	-44	8
Telecomunicações	568	6	-99	0
Transporte	436	540	24	43
Aéreo	0	0	-100	-
Aquaviário	69	44	-37	3
Terrestre	367	496	35	40
Total Infraestrutura	1.577	1.255	-20	100

Fonte: Elaboração própria com dados do BNDES.

8. EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DA UNIÃO (SIAFI)

8.1. Orçamento Geral e de Investimentos da União (Tabela I)

A dotação total autorizada registrada no SIAFI para o Orçamento da União de 2018 é de, aproximadamente, R\$ 3,5 trilhões. Deste valor, aproximadamente R\$ 42,8 bilhões corresponderam à alínea “investimentos”, o que representa 1,2% do orçamento total de 2018.

Entre os órgãos superiores, o Ministério dos Transportes detém o maior orçamento de investimentos, em valor absoluto, R\$ 9,7 bilhões o que representa 22,8% da dotação total do órgão.

Do orçamento de investimentos da União para 2018, foram empenhados R\$ 14,8 bilhões, cerca de 35% da dotação autorizada até abril. No mesmo período foram liquidados R\$ 32 milhões. Foram pagos do orçamento aproximadamente R\$ 1,2 bilhões. Já o pagamento total, incluindo os restos a pagar pagos no período, soma R\$ 8,9 bilhões.

8.2. Orçamento Geral e de Investimentos do Ministério dos Transportes (Tabelas I e II)

Do montante de R\$ 9,7 bilhões autorizados para os investimentos do Ministério dos Transportes em 2018, foram empenhados, até abril, cerca de R\$ 4,9 bilhões (51% da dotação autorizada) e liquidados R\$ 502 milhões. Até abril de 2018, foram pagos do orçamento cerca R\$ 475 milhões. Já o pagamento total, incluindo os restos a pagar pagos no período, somam R\$ 2,3 bilhões.

Cerca de 79% dos recursos autorizados para investimentos do Ministério dos Transportes (R\$ 7,7 bilhões) estão destinados ao setor rodoviário. O restante está dividido entre os setores ferroviário (R\$ 739 milhões, ou 8%), portuário (R\$ 465 milhões), aeroportuário (R\$ 289 milhões), hidroviário (R\$ 259 milhões) e outros (R\$ 288 milhões).

8.3. Restos a Pagar – Orçamento de Investimentos (Tabela III)

O Ministério dos Transportes inscreveu, em 2018, cerca de R\$ 156 milhões em restos a pagar processados. A União inscreveu, aproximadamente, R\$ 3,7 bilhões de restos a pagar processados. Em relação aos restos a pagar não-processados, o Ministério dos Transportes tem R\$ 7,4 bilhões inscritos, enquanto a União tem R\$ 60,7 bilhões de restos a pagar não-processados inscritos para 2018.

Do volume total de restos a pagar inscritos pelo Ministério dos Transportes, 25% foram pagos em 2018 (excluídos os cancelamentos). No caso da União, os pagamentos correspondem a 12% do total de restos a pagar inscritos.

ANEXOS

Tabela I - Execução Orçamentária da União - OGU 2018
Investimentos - Por Órgão Superior

Valores em final de período - atualizados até 30/04/2018

R\$ milhão

Órgão Superior	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Pagamento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar pagos (e)	Total Pago (f=d+e)	RP a pagar
Presidência da República	759	60	8	4	1	4	0	113	117	622
MAPA	910	1	0	0	0	0	0	224	224	953
MCTI	599	132	22	33	6	19	3	89	108	393
MDIC	107	7	6	0	0	0	0	15	15	187
MME	77	8	10	1	2	1	2	10	11	33
M. Transportes	9.738	4.936	51	502	5	475	5	1.837	2.313	5.616
M. Comunicações	0	0	0	0	0	0	0	4	4	52
MMA	73	13	18	0	0	0	0	23	24	109
MDA	0	0	0	0	0	0	0	6	6	53
M. Defesa	7.352	4.845	66	330	4	322	4	821	1.144	2.881
M. Int. Nacional	4.279	889	21	96	2	82	2	570	653	5.775
M. das Cidades	4.096	1.191	29	121	3	121	3	404	525	11.094
Outros**	14.799	2.734	18	1.258	9	139	1	3.589	3.728	27.855
Total	42.788	14.816	35	32	0	1.165	3	7.707	8.871	55.622

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

** Inclui Câmara dos Deputados, Senado, TCU, STF, STJ, Justiça Federal, Justiça Militar, Justiça Eleitoral, Justiça do Trabalho, Justiça do DF e Territórios, Ministério Público da União, Ministério do Planejamento, Ministério da Fazenda, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, Ministério da Previdência Social, Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Saúde, Ministério do Trabalho e do Emprego, Ministério da Cultura, Ministério do Esporte, Ministério do Turismo, Ministério do Desenvolvimento Social.

Tabela II - Execução Orçamentária do Ministério dos Transportes – OGU 2018
Investimentos – Por Modalidade

Valores em final de período - atualizados até 30/04/2018

R\$ milhão

Modalidade	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Pagamento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar pagos (e)	Total Pago (f=d+e)	RP a pagar
Aeroportuário	289	14	5	0	0	0	0	16	16	253
Ferrovviário	739	313	42	9	1	9	1	113	122	421
Hidroviário	259	69	27	1	0	1	0	27	28	230
Portuário	465	212	45	0	0	0	0	106	106	498
Rodoviário	7.698	4.183	54	467	6	443	6	1.477	1.920	3.918
Outros	288	145	51	25	9	22	8	99	121	296
Total	9.738	4.936	51	502	5	475	5	1.837	2.313	5.616

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

Valores menores que R\$ 1 milhão não estão descritos na tabela.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

Tabela III - Demonstrativo dos Restos a Pagar Inscritos em 2018**Restos a Pagar Processados****Restos a Pagar Não-processados**

Valores em final de período - atualizados até 30/04/2018

R\$ milhão

Órgão	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
M. Transportes	156	0	71	84
União	3.656	189	692	2.774

Valores em final de período - atualizados até 30/04/2018

R\$ milhão

Órgão	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
M. Transportes	7.368	71	1.766	5.532
União	60.656	793	7.014	52.848

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.

* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.